

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE REDAÇÕES DO ENEM E TEXTOS GERADOS PELO CHAT GPT

Danielle Feliciano de Lima e Silva¹

Orientadora: Suzana Leite Cortez²

Resumo: Partindo da noção de língua enquanto dimensão sociocognitiva, o estudo em questão se baseia em Marcuschi (2008), Koch (2014), contemplando os fundamentos teóricos da Linguística Textual e da Teoria da Argumentação no Discurso, de R. Amossy, tal como abordado em Cavalcante (*et alii*, 2020), este artigo busca analisar como a intertextualidade se manifesta nas produções dissertativo-argumentativas. O estudo dirigiu-se a partir da comparação entre as redações de participantes do Enem 2018 e da redação gerada pelo ChatGPT sobre o mesmo tema. Analisou-se, portanto, aspectos argumentativos e marcas intertextuais em ambas as produções, refletindo as convergências e divergências, considerando as particularidades dos diferentes contextos os quais são produzidos. Os resultados indicam que, apesar da habilidade e da velocidade da inteligência artificial generativa em gerar textos, os textos humanos demonstram maior grau de intertextualidade, criticidade e subjetividade.

Palavras-chave: Chat GPT; redação; intertextualidade; Enem; argumentação.

Abstract: Based on the notion of language as a sociocognitive dimension, the study in question is based on Marcuschi (2008), Koch (2014), contemplating the theoretical foundations of Textual Linguistics and the Theory of Argumentation in Discourse, by R. Amossy, as discussed in Cavalcante (*et alii*, 2020), this article seeks to analyze how intertextuality manifests itself in dissertative-argumentative productions. The study was directed by the comparison between the essays of participants of Enem 2018 and the essay generated by ChatGPT on the same topic. Therefore, argumentative aspects and intertextual marks were analyzed in both productions, reflecting the convergences and divergences, considering the particularities of the different contexts in which they are produced. The results indicate that, despite the ability and speed of generative artificial intelligence in generating texts, human texts demonstrate a greater degree of intertextuality, criticality, and subjectivity.

Keywords: Chat GPT; essay; intertextuality; Enem; argumentation.

1. Introdução

A visão de que a língua portuguesa é apenas um sistema linguístico – cujo ensino, muitas vezes, se limita à classificação de termos e à análise de regras gramaticais de forma isolada – ignora o contexto sócio-histórico-cultural em que o uso desse sistema ocorre. Dito isso, é importante abarcar a concepção de língua como “sistema em uso”, perpassando a “heterogeneidade das pessoas e dos grupos sociais, com suas individualidades, concepções, histórias, interesses e pretensões.” (Antunes, 2009, p. 21). Para Marcuschi (2008), a língua é vista como um sistema de práticas sociais e cognitivas

¹ Graduanda em Letras Português - Licenciatura na Universidade Federal de Pernambuco.

² Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

que estão sempre vinculadas a um contexto histórico particular. Na modalidade escrita, no que diz respeito ao processo de produção textual, dentro da noção sociointerativa de língua, o texto é entendido como uma unidade maior de comunicação, que não se restringe a elementos isolados, mas sim a uma estrutura organizada que carrega significado e reflete o contexto social e histórico em que é produzido (Marcuschi, 2008).

Nessa perspectiva, Koch (2014) defende a ideia de que o texto deve ser compreendido como um “processo”. E como todo processo, vai além de procedimentos superficiais, restritos à formalidade da língua, mas é composto por uma série de elementos que organizam sua estrutura e garantem que ele cumpra seus objetivos comunicativos. Assim, no texto escrito, o autor pode mobilizar alguns “critérios de textualidade”, tais como: coesão, coerência, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade e situacionalidade. Para Marcuschi (2008), esses critérios não são regras fixas, mas funcionam como guias que mostram como o texto conecta atividades sociais, conhecimentos linguísticos e de mundo. Sendo assim, na visão do autor, o texto escrito é uma expressão prática da heterogeneidade e da multiplicidade de usos da linguagem, uma vez que ele carrega marcas da subjetividade de quem escreve, e parte de um contexto comunicativo específico.

Partindo do princípio de que a comunicação se dá por meio de textos, Marcuschi (2008) revela que toda manifestação verbal ocorre por meio de textos que se inserem em algum gênero textual. Ele discorre acerca do conceito de “domínio discursivo” – que se refere ao contexto social e funcional em que a comunicação ocorre e onde os gêneros textuais podem circular, cada um com suas próprias normas, práticas e expectativas discursivas. Esse conceito engloba diferentes esferas ou áreas de uso da língua, por exemplo, nos campos científico, acadêmico, educacional, jornalístico, entre outros.

É justamente pelas distintas práticas sociais desenvolvidas nos diversos domínios discursivos que sabemos que nosso comportamento discursivo num circo não pode ser o mesmo que numa igreja e que nossa produção textual na universidade e numa revista de variedades não será a mesma. Consequentemente, os domínios discursivos operam como enquadres globais de superordenação comunicativa, subordinando práticas sociodiscursivas orais e escritas que resultam nos gêneros. (Marcuschi, 2008, p. 194)

Marcuschi diferencia os gêneros textuais distribuindo-os entre modalidades oral e escrita nos diversos domínios discursivos, destacando que alguns gêneros podem pertencer a mais de um domínio. No domínio instrucional, a modalidade escrita abriga gêneros dissertativos, como artigos científicos, teses, dissertações e redações. A redação do Enem, objeto de investigação deste artigo, pertencente a este domínio, exige do autor

a defesa de uma tese, pautada em argumentos, informações e dados. No Ensino Médio, um dos principais gêneros textuais trabalhados na escola é justamente a redação, especialmente por ser o formato exigido na prova do Enem. Segundo a Cartilha do Participante do Enem (Brasil, 2023), o texto dissertativo-argumentativo se organiza na defesa de um ponto de vista sobre um determinado tema, ancorado em argumentos, cuja finalidade é influenciar a opinião do leitor. Ele apresenta uma dupla natureza: é argumentativo, pois defende uma tese, e é dissertativo, pois utiliza explicações para justificá-la. A produção textual dissertativo-argumentativa requer, portanto, uma reflexão crítica e a capacidade de estruturar ideias de forma lógica e persuasiva.

Com o objetivo de atender aos requisitos estruturais desse tipo de texto, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/EM) enfatiza a necessidade de desenvolver nos estudantes competências relacionadas à produção, interpretação e análise de textos voltados para o contexto acadêmico e científico. O objetivo é prepará-los para atuar de maneira crítica e autônoma na construção do conhecimento, estimulando a capacidade de investigar, refletir e se expressar por meio de diferentes gêneros textuais. Além disso, o documento reconhece a importância das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no processo educacional, como ferramentas que facilitam o acesso a fontes confiáveis, o compartilhamento do conhecimento e a produção de textos multimodais³, como a escrita, as imagens e os sons. Dentro desse contexto, é importante compreender a tecnologia de maneira ampla, tal como defende Cupani (2016) – e não apenas como um conjunto de dispositivos físicos, mas como sistemas, processos e métodos de trabalho que moldam formas de pensar e operar.

Dentre as diversas ferramentas tecnológicas disponíveis atualmente, destaca-se a inteligência artificial (IA), definida como a capacidade de máquinas realizarem tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana, como aprendizado, raciocínio e resolução de problemas. Mais especificamente, a inteligência artificial generativa (IAG), popularizada, no Brasil, com o ChatGPT, refere-se a sistemas capazes de criar novos conteúdos, como textos, imagens e sons, simulando aspectos do funcionamento cognitivo humano. Essa tecnologia utiliza modelos matemáticos e estatísticos para processar grandes volumes de dados e melhorar seu desempenho conforme recebe novas

³A compreensão textual, segundo Dionísio (2014), deve considerar a multimodalidade como uma característica essencial dos gêneros discursivos. Isso significa que os textos, enquanto expressões materiais dos gêneros, integram diferentes modos de comunicação, como imagem, escrita, som, cor, ritmo e efeitos visuais. A multimodalidade, portanto, surge da combinação desses elementos na construção de significados, sendo resultado das escolhas e arranjos entre signos dentro da produção textual.

informações. Apesar da rapidez e eficiência da IAG na elaboração de textos, a máquina possui limitações inerentes à sua natureza não humana, o que pode influenciar na qualidade e na originalidade dos textos produzidos.

Diante das transformações tecnológicas que impactam a produção textual escrita, surge a necessidade de compreender como a IA generativa se insere nesse cenário e quais as suas características referentes ao desenvolvimento da argumentação. Assim, este estudo busca analisar comparativamente a produção argumentativa das redações do Enem elaboradas por estudantes e as geradas pela IAG, identificando como cada uma organiza as informações, articula os argumentos e mobiliza aspectos intertextuais para sustentar um ponto de vista.

Para isso, este artigo está estruturado em seções, cuja primeira trata-se desta introdução, que expõe o panorama geral da pesquisa e aborda as noções de língua e texto com base nos pressupostos teóricos da Linguística Textual. A seção 2 discute os conceitos de cognitivismo clássico e sociocognitivismo, abordando como a composição da inteligência artificial se aproxima ou se distancia desses conceitos. A seção 3 explora a argumentatividade no discurso, com base na Linguística Textual e na Teoria da Argumentação no Discurso, explicando como as estratégias argumentativas se manifestam nos textos dissertativo-argumentativos. Na seção 4, as competências avaliativas do Enem são apresentadas, destacando o foco na intertextualidade presente na construção textual, e como o repertório cultural é exigido do aluno na prova. As seções 5 e 6 correspondem, respectivamente: a) à metodologia adotada para a análise e comparação das redações humanas e textos gerados pelo ChatGPT e b) à discussão dos resultados da análise, em que se aponta particularidades e diferenças na construção do discurso argumentativo através das marcas da intertextualidade nas produções textuais analisadas.

2. A composição da inteligência artificial: o cognitivismo clássico *versus* o sociocognitivismo

Russel e Norvig (2009) trazem em *Artificial Intelligence: A modern approach* (Inteligência Artificial: uma abordagem moderna) uma série de fundamentos para o estudo da inteligência artificial e como ela se constitui.

Nós nos chamamos de homo sapiens – o homem sábio – porque nossa inteligência é muito importante para nós. Durante milhares de anos, tentamos compreender como pensamos; isto é, como um mero punhado de matéria pode perceber, compreender, prever e manipular um mundo muito maior e mais complicado do que ele mesmo. O campo da inteligência artificial, ou IA, vai

ainda mais longe: tenta não apenas compreender, mas também construir entidades inteligentes (Russel; Norvig, 2009, p. 1).

A fim de definir a noção de IA, os autores atribuem fatores (em tradução livre) como: “pensar de forma humana”, “agir de forma humana”, “pensar racionalmente” e “agir racionalmente”. Dentre elas, consideramos as perspectivas que concebem a atividade humana, de modo que, ao “pensar de forma humana”, a inteligência artificial possuiria capacidades correspondentes à cognição do ser humano. Já ao delimitarem a perspectiva “agir de forma humana”, os autores adotaram a abordagem do Teste de Alan Turing (1950). O teste consistia em analisar o comportamento computacional, buscando obter uma definição operacional satisfatória de inteligência. Nesse caso, a máquina passaria por algumas etapas, devendo atender aos determinados critérios: 1) representação do conhecimento para armazenar o que sabe ou ouve; 2) raciocínio automatizado para usar as informações armazenadas para responder perguntas e tirar novas conclusões; 3) aprendizado de máquina para se adaptar a novas circunstâncias e detectar e extrapolar padrões (Russel; Norvig, 2009). A partir desses fatores, se chegaria à inteligência artificial efetivamente.

Quando se pensa na IAG, a concepção de aprendizado de máquina está intrínseca, sendo uma abordagem que visa capacitar os sistemas a criar conteúdo original, uma vez que são treinados para prever e gerar continuamente sequências de texto coerentes. A construção do *prompt*⁴ possui um papel fundamental nesse processo, representando as entradas fornecidas aos modelos para orientar sua produção. No contexto de modelos de linguagem como o ChatGPT, um prompt (traduzido para o português como “comando”) é a instrução ou texto inicial fornecido ao modelo para gerar uma resposta. Ele serve como ponto de partida para orientar o modelo sobre o que deve ser abordado e em qual contexto. O prompt pode ser uma pergunta, uma frase, uma descrição de uma situação ou qualquer outro tipo de entrada textual que forneça à máquina a informação necessária para criar uma resposta. Assim, a forma como o comando é apresentado ao ChatGPT pode influenciar e modificar completamente os resultados obtidos.

Ao apresentar um prompt específico, o ChatGPT responde de maneira contextual, aplicando o conhecimento adquirido durante o treinamento para criar respostas relevantes. Assim, partindo do que foi exposto acerca da suposta capacidade cognitiva computacional, cabe recorrer brevemente aos pressupostos teóricos que tecem visões

⁴ A palavra prompt, em inglês, é polissêmica e, como verbo, pode se referir ao ato de motivar, encorajar; ou, como um adjetivo, refere-se a algo pontual, imediato – conforme o Cambridge Dictionary.

sobre o chamado cognitivismo clássico até chegar à noção de sociocognitivismo. Ancorado na visão de Koch & Cunha-Lima (2004) acerca do cognitivismo clássico, Custódio Filho (2011), sintetiza:

O conhecimento armazenado na mente é representado por símbolos manipuláveis a partir de operações lógico-rationais; essas operações podem ser formalizadas, o que implica a possibilidade de elaboração de modelos razoavelmente precisos sobre como o conhecimento é processado; de posse desses modelos, é possível simular as mesmas operações em uma máquina.

Assim, é possível inferir que a noção cognitivista clássica partiria da ideia de que as máquinas poderiam replicar o aprendizado humano, o que, conseqüentemente, considera a mente humana como um sistema de processamento de informações, onde a linguagem é vista como um reflexo direto dessas operações mentais. Isto é, a linguagem é concebida como um sistema simbólico que permite a construção e transmissão de significados.

Em contrapartida, percorrendo a ótica sociocognitivista, que se baseia na interação social e na influência mútua entre os processos cognitivos e o ambiente social, Koch & Cunha Lima (2004) ressaltam a importância da cultura na formação cognitiva dos sujeitos e que todo o espectro sociocultural está imbricado aos processos cognitivos. Diferente do cognitivismo clássico, que tende a focar nas operações mentais isoladas, o sociocognitivismo propõe que o significado e a compreensão linguística emergem da dinâmica entre o indivíduo e o ambiente social. Dito isso, o texto dissertativo-argumentativo gerado pelo ChatGPT pode conter elementos argumentativos próprios que revelam sua limitação (cognitiva) enquanto uma máquina, que opera por meio de códigos pré-estabelecidos, revelando a semelhança com a concepção cognitivista clássica. Investigar essas diferenças é importante não só para entender as limitações das máquinas na produção de textos, mas para destacar a complexidade do processo de argumentação humana – que envolve questões cognitivas, sociais, culturais, geográficas, etc., revelando a subjetividade dos sujeitos.

3. A argumentatividade no texto

Ao pensarmos sobre a maneira como a argumentação se constitui, em senso comum, compreendemos que ela se sustenta a partir de fundamentos elencados pelo locutor, que argumenta, com a finalidade de validar o seu discurso. Na LT, o processo de argumentar por meio de textos é entendido como um produto resultante da interação entre

diferentes elementos (linguísticos, pragmáticos, etc.) que colaboram para a construção de um discurso elaborado por um sujeito (Cavalcante, 2016). Assim,

a LT pode contribuir para uma análise da argumentação nos discursos, pois os critérios analíticos da LT são como que motivados por uma tentativa de explicação para as escolhas textuais pelas quais o sujeito age sobre o seu dizer [...]. É justamente a suposição dessa agentividade, ou dessa actorialização, que faz a LT eleger como critérios de análise os diversos recursos de que pode se valer o locutor para persuadir a quem ele projeta como interlocutor (Cavalcante, 2016, p. 116).

Na esfera das Análises do Discurso, a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) de Amossy (2014) busca entender como a argumentação opera dentro dos discursos, considerando tanto os aspectos linguísticos quanto os contextuais e sociais que são transpostos nas escolhas lexicais. Nesse sentido, a TAD conversa com a LT, pois, “por um lado, assim como a Nova Retórica⁵, supõe a intencionalidade do locutor como agente social, que tem ciência de seu poder para agir sobre o outro” (Cavalcante, 2016, p. 116). A Teoria da Argumentação no Discurso pretende, então, explicar como os argumentos são integrados ao discurso e como o discurso, por sua vez, fortalece esses argumentos. No entanto, de acordo com Amossy, é preciso ir além da análise dos argumentos expressos nas palavras, pois elas, quando proferidas em um discurso, carregam em si “a carga dóxica e ideológica e os jogos de poder”. Nesse sentido, a situação enunciativa condiciona o sujeito, fornecendo diretrizes para a produção e interpretação dos atos de linguagem. Ao mesmo tempo, o sujeito influencia o contexto de interação, tomando decisões autônomas sobre o que é mais adequado para seu objetivo comunicativo (Cavalcante, 2016).

Além disso, Cavalcante *et alii* (2020) elucida que, em consonância com a perspectiva dialógica de Bakhtin, a TAD e a LT incorporam a ideia de responsividade ativa como base teórica. Essa visão destaca que a argumentação está intrinsecamente ligada ao discurso, pois todo ato de enunciação é, por natureza, uma resposta a algo previamente dito, seja concordando, refutando ou modificando. Assim, na TAD, a argumentação envolve a tentativa de influenciar a visão do interlocutor, não apenas em relação a uma tese, mas também em termos de modos de pensar, ver e sentir. Portanto,

⁵ Na visão de Cavalcante (2020), na Nova Retórica, o objetivo do orador é fazer com que o público aceite seu ponto de vista por meio da argumentação. Essa abordagem parte de dois pressupostos: 1) o público é o único influenciado pela argumentação, e 2) o orador possui total controle sobre sua tese e discurso. Esses dois pressupostos, segundo a autora, podem ser resumidos em um único: o orador é visto como soberano e autônomo. A Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) desafia essa visão, propondo que o orador é influenciado pelo contexto social e institucional em que está inserido.

nem todo discurso visa explicitamente à adesão a uma tese; entretanto, todo discurso tende a orientar a percepção dos interlocutores.

Nessa perspectiva, a Teoria da Argumentação no Discurso, segundo Cavalcante *et alii* (2020), distingue as noções de “visada argumentativa” e de “dimensão argumentativa”. Na visada argumentativa, há uma estratégia clara de persuasão, com o objetivo de fazer o interlocutor aderir a uma opinião ou tese, como em textos argumentativos típicos (artigos de opinião, ações judiciais, debates eleitorais). Já a dimensão argumentativa é mais ampla, envolvendo qualquer discurso que manifeste um ponto de vista⁶ em meio a posições divergentes, sem necessariamente expressá-las de forma explícita (Cavalcante *et alii*, 2020). Esse conceito aplica-se a diversos gêneros textuais, como romances, poemas e notícias – os quais não possuem um objetivo específico de defesa de uma tese, mas estão contaminados com algum tipo de ponto de vista que já foi proferido.

Com base nisso, quanto às produções textuais essencialmente argumentativas, Cavalcante *et alii* (2020) pontua que, no Brasil, a prática de redação do Enem exemplifica a ideia de que a declaração expressa de uma opinião é considerada uma condição para a argumentação, consolidando essa visão tanto nas teorias da linguagem quanto no senso comum. Nesse sentido, o gênero exigido pelo Enem se aproxima da concepção defendida na visada argumentativa, devido ao seu intuito claro de enquadrar elementos específicos para a construção de uma argumentação pautada na defesa de uma tese. A autora também confere aos critérios de avaliação da prova, a noção estruturada em um esquema desenvolvido por Adam (2008), que descreve a estrutura da argumentação dominante como semelhante a um raciocínio formal. Nesse modelo, o autor começa com uma opinião inicial, aceita culturalmente por uma parte da sociedade, e apresenta um conjunto de dados (argumentos) para levar o leitor a uma conclusão que reflete a tese principal do texto. Existem também teses e argumentos contrários, que podem apoiar ou se opor à opinião inicial. Esse processo envolve uma dinâmica de argumentação e contra-argumentação, onde diferentes opiniões sustentadas por argumentos podem se contradizer.

Marcuschi (2008) recorre à visão de texto, ancorado em Beaugrande, como “evento”, indicando que ele deve ser entendido como algo dinâmico, que acontece em

⁶ Cavalcante *et alii* (2020) também ressalta a diferença entre “tese” e “ponto de vista”: a tese é a opinião estrategicamente defendida para obter adesão, enquanto o ponto de vista é a perspectiva inerente a qualquer discurso.

contextos específicos e que depende da interação entre o autor, o leitor e o ambiente social. No processo de escrita da redação do Enem é possível visualizar esse caráter de texto enquanto evento, visto que é preciso que o aluno utilize o seu conhecimento de mundo para fortalecer os seus argumentos, transportando para ele suas próprias concepções, interesses, intenções e experiências. Assim, para fins de investigação, no campo da linguística textual, deve-se concentrar o estudo de “operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de *uso*” (Marcuschi, 2008 p.73, grifo nosso).

O texto, nesse sentido, não é um produto estático, mas algo que acontece em um ambiente social, onde os fatores culturais, políticos e históricos também influenciam a produção textual. Estudar esse processo no campo da linguística textual envolve analisar operações na produção textual, como a escolha de argumentos, a organização das ideias e o controle do fluxo discursivo, tanto na forma escrita quanto na oral, em contextos reais de uso. Isso reflete a complexidade do ato de escrever, em que o autor não está apenas cumprindo uma tarefa formal ou técnica, mas está engajado em uma construção discursiva que demonstra a sua concepção de mundo (Marcuschi, 2008).

No contexto da redação do Enem, essa abordagem é particularmente relevante porque produzir um texto dissertativo-argumentativo envolve competências que vão além do domínio gramatical. O aluno precisa mobilizar um conjunto de competências, onde a capacidade de refletir sobre o mundo e expressar essas reflexões de forma organizada e convincente é essencial para a argumentatividade e para a avaliação das competências exigidas.

4. As competências avaliativas do Enem e a intertextualidade

Com o intuito de orientar os participantes que irão fazer a prova do Enem, a Cartilha do Participante elenca e descreve as cinco competências necessárias para a construção de um texto dentro dos parâmetros do tipo textual dissertativo-argumentativo, fornecendo diretrizes claras para a produção textual exigida no exame. A cartilha busca garantir que os participantes compreendam os critérios de avaliação e possam se preparar adequadamente para atender às expectativas dos corretores. Cada competência é pontuada em uma escala de 0 a 200, totalizando até 1000 pontos (nota máxima da redação). Destacamos abaixo três das cinco competências, que tratam de forma mais específica a questão da argumentação, são elas as *Competências 2, 3 e 5*.

- *Competência 2:* avalia a capacidade do participante de entender a proposta de redação e utilizar conhecimentos de várias áreas para desenvolver o tema em um texto dissertativo-argumentativo. O candidato deve selecionar informações relevantes e integrá-las ao texto, utilizando argumentos próprios que reforcem seu ponto de vista, incluindo elementos além dos disponibilizados nos textos motivadores. Atinge a nota máxima na competência o aluno que “desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo”.
- *Competência 3:* foca na organização e coerência do texto, observando como o participante seleciona, organiza e relaciona informações, fatos e argumentos para defender sua posição. Um bom texto deve apresentar ideias de forma clara e progressiva, demonstrando que houve um planejamento prévio. Para isso, deve estar presente no texto: 1) seleção de argumentos; 2) relação de sentido entre as partes do texto; 3) progressão adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas de forma organizada; 4) desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido. Nessa competência, o aluno alcança a maior nota quando “apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista”
- *Competência 5:* exige que o participante desenvolva uma proposta de intervenção para o problema abordado, garantindo que ela respeite os direitos humanos. A proposta deve ser consistente com o ponto de vista e os argumentos apresentados anteriormente (na Competência 3), refletindo a visão do autor sobre possíveis soluções para a questão. É essencial que a intervenção esteja alinhada com o projeto de texto e responda aos problemas discutidos. Para uma proposta bem estruturada, é necessário não só sugerir uma ação, mas também identificar o responsável pela implementação da ação (seja a nível individual, familiar, comunitário, social, político ou governamental). Além disso, deve-se especificar o método de execução e os efeitos ou objetivos da intervenção, incluindo detalhes adicionais conforme necessário. Na Competência 5, conquista a nota máxima o candidato que “elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto”

Conforme essas diretrizes, é bem avaliada, nesse sentido, a redação que comporta – além dos elementos dêiticos que organiza a tipologia dissertativa-argumentativa – o aparato social e ideológico, que revela a visão de mundo adicionada ao texto, que constitui e demonstra a opinião do estudante quanto ao que é defendido na sua produção.

No que concerne às práticas discursivas e sua característica heterogênea, Maingueneau (2008) aborda a noção de interdiscurso para descrever a interação contínua e dinâmica entre diferentes discursos que se sobrepõem e se influenciam mutuamente. O interdiscurso, segundo ele, refere-se ao modo como um discurso não é criado isoladamente, mas é o resultado de uma rede de discursos anteriores e contextos sociais que moldam sua produção e recepção. Essa ideia destaca que todo discurso é imerso em um contexto discursivo mais amplo, e é através da relação com outros discursos que ele ganha sentido e significado. Na argumentação, isso é fundamental para garantir que o texto seja visto como uma unidade significativa, onde a coerência e a coesão conectam as ideias e permitem que o leitor compreenda as relações entre os argumentos.

Além da concepção de interdiscurso, é importante trazer à tona a concepção de intertextualidade, que faz parte dos sete critérios de textualidade, e se refere ao diálogo entre textos – seja por meio de citações, paráfrases ou alusões, estabelecendo relações explícitas ou implícitas com textos anteriores. Enquanto o interdiscurso capta as influências e trocas discursivas da esfera social como um todo, a intertextualidade se concentra nas conexões entre textos. Marcuschi (2008) argumenta que todos os textos possuem intertextualidade, e que “não existem textos que não mantenham algum aspecto intertextual” (Marcuschi, 2008, p. 129), ou seja, outros textos estão sempre presentes de alguma maneira.

Nas competências avaliativas do Enem, essa dimensão interdiscursiva, intertextual, e até mesmo interdisciplinar, ganha destaque, uma vez que é pedido que o aluno aborde outros assuntos e conteúdos na sua redação, além dos dados e informações disponíveis nos textos motivadores. A Competência 2, que busca avaliar o nível de compreensão do participante quanto à proposta do tema, concede nota máxima àqueles que desenvolvem a tese por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo. Assim, à medida que o estudante, enquanto autor, levanta seus conhecimentos demonstrando este repertório, é indissociável a relação com outros discursos e textos para embasar o seu argumento. No processo de argumentação, tal como pede a Competência 2, é preciso que sejam levantadas referências de outras áreas do conhecimento, ilustrando o ponto de vista do autor, o que demonstra a presença da

intertextualidade, pois o repertório e as referências utilizadas estão ligadas a discursos (ou textos) anteriores.

Segundo Marcuschi (2008), a intertextualidade pode se apresentar de forma evidente, como em citações diretas, ou de maneira mais sutil, como paráfrases ou alusões, envolve a presença de discursos de outras fontes em um texto, sejam elas identificáveis ou não. Nesse sentido, para ele, a intertextualidade vai além de ser um critério de textualidade, tornando-se um princípio central que entende o texto como um conjunto de discursos interconectados, e não como algo isolado.

Marcuschi (2008) indica ainda que a intertextualidade é importante para garantir a coerência textual. Ao fazer referência a outros textos, o escritor constrói um texto que possui camadas, com informações que contribuem para a fluidez da argumentação e para a clareza das conexões entre as ideias. Nesse processo intertextual, os argumentos se entrelaçam de maneira lógica em função da coerência. A coerência e a coesão são essenciais para que as ideias estejam interligadas e que o leitor perceba as relações entre os argumentos apresentados – daí o seu caráter indissociável. A coesão garante a conexão dos elementos do texto, enquanto a coerência assegura que essas conexões façam sentido, criando uma harmonia entre o conteúdo e a estrutura. A Competência 3 do Enem, que avalia a coerência e a organização dos argumentos na defesa de um ponto de vista, demonstra esse viés intertextual da produção escrita. Para construir sua argumentação, além de apresentar argumentos de maneira lógica, é necessário também que o aluno faça uso de outros componentes, ou seja, referências de ideias e informações já existentes, para fortalecer sua argumentação e garantir credibilidade a sua posição. Essa influência interdiscursiva e intertextual se aproxima do que se apresenta na Teoria da Argumentação no Discurso, de Amossy, uma vez que, na TAD, a argumentação não se limita à organização lógica de ideias, mas envolve uma interseção, em que o discurso é construído a partir da interação com outros discursos, refletindo as questões sociais e culturais de um dado contexto.

A Competência 5, por sua vez, não exige diretamente que o participante relacione seus argumentos a outros conteúdos ou textos de forma explícita. No entanto, ao solicitar a elaboração de uma proposta de intervenção que esteja alinhada com a tese defendida, implica que o candidato precise utilizar elementos que sustentem e validem seus argumentos, assim como na Competência 3. Para isso, ele inevitavelmente acaba dialogando com outros discursos, ideias e soluções já existentes nas esferas social, política, histórica e cultural. Dessa maneira, ao propor uma solução, o autor precisa

utilizar referências e indicar soluções apontando o papel de entidades ou agentes existentes para fortalecer sua argumentação e tornar a intervenção coerente com a proposta apresentada.

Sendo assim, o documento da Cartilha do Participante do Enem revela uma noção que considera a dimensão interdiscursiva e intertextual ao propor estas competências como parâmetro para avaliar a redação dos estudantes. A avaliação, nesse caso, não se limita a aspectos gramaticais, mas considera o texto como um produto de interação com outros discursos. O estudante é incentivado a mobilizar seu repertório de conhecimento, conectando sua argumentação a referências externas – e essa interação com outros textos e discursos, direta ou indiretamente, reforça a prevalência da intertextualidade nos textos. Esse enfoque demonstra que o processo da escrita dissertativo-argumentativa envolve a capacidade de refletir sobre a realidade e as questões abordadas, relacionando-as a outras fontes e perspectivas de maneira crítica.

5. Metodologia

Para realizar a análise proposta, foi adotada uma abordagem qualitativa, dentro de uma ótica descritiva interpretativista. Os instrumentos de pesquisa são guiados através das noções teóricas citadas que colocam em foco a argumentação construída no processo de produção discursiva, na qual faremos um recorte para a produção textual dissertativo-argumentativa. A análise irá se debruçar sobre as redações do Enem, e levará em consideração a etapa de educação que os participantes e autores das redações se encontram: anos finais da educação básica.

Dito isso, para a investigação dos elementos argumentativos e das marcas intertextuais, foram analisadas três redações sobre o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”, adotado pelo exame em 2018, que obtiveram nota máxima na prova. O motivo da escolha de redações nota 1000 surgiu da necessidade de observar textos cujos elementos demandados nas competências 2, 3 e 5 da Cartilha do Participantes, pautados na estrutura do texto do tipo dissertativo-argumentativo, estivessem presentes. De forma comparativa, foi analisada uma redação produzida pelo ChatGPT, a partir de um comando (*prompt*) que direciona a IAG a elaborar um texto com o mesmo tema da redação do Enem. A utilização do comando foi necessária para que pudesse ser gerada, a partir da IAG, uma redação cuja proposta e orientação fosse a mesma dada pela proposta do Enem.

Diante da velocidade com a qual os sistemas tecnológicos são atualizados, cabe destacar que a versão do ChatGPT utilizada para a análise foi a que estava disponível em fevereiro de 2025, a mais básica e única gratuita dentre as disponíveis. Esta versão tem como intuito gerar textos de maneira mais rápida e não é necessário fazer login através de email para usar a ferramenta. Vale ressaltar também que durante os testes realizados para a pesquisa, o ChatGPT foi atualizado e algumas de suas funções são restritas ao uso através do login com uma conta de email e a versões pagas. No entanto, para a pesquisa, optamos por utilizar a versão sem nenhum login por dois motivos: 1) ao fazer um determinado tipo de login, o ChatGPT utiliza o recurso de memória e os comando solicitados resgatam trechos de textos já elaborados pela máquina caso já tenha sido dado um comando anterior; 2) A análise seria dificultada pelo fator anterior, uma vez que a resposta gerada teria sido contaminada com comandos precedentes.

Assim, o texto gerado pela inteligência artificial foi extraído diretamente da plataforma online, acessada através da URL “chatgpt.com”. Já as redações dos estudantes são de caráter público e foram cedidas por candidatos que participaram do exame, em entrevistas, e pelo Inep, as quais foram retiradas dos portais “Brasil Escola” e “G1”.

Para a obtenção dos resultados, a análise das redações do Enem foi direcionada a partir de algumas características identificadas presentes nos textos e que, neste trabalho, funcionam como critérios de análise, a saber:

A) recorrência a citações de obras e(ou) autores: identificação do uso de referências ou menção a teóricos e escritores relevantes para a estabelecer a argumentação neste contexto;

B) menção a entidades sociais: observação do uso de referências a grupos, instituições ou movimentos sociais que atuam como vozes ou instâncias subjetivas no desenvolvimento da argumentação;

C) uso dos textos motivadores: verificação da incorporação dos trechos apresentados na prova do Enem como suporte à argumentação;

D) desvio do tema: análise de possíveis desconexões entre a proposta temática da redação e o desenvolvimento do texto.

A tabela abaixo apresenta as três redações do ENEM analisadas a partir das características A, B, C e D apontadas acima, considerando também o número de parágrafos de cada produção. Embora o número de parágrafos seja idêntico nas três redações, não constituindo um elemento diferenciador, a sua indicação é importante para fins de comparação (mais a frente) com a produção do ChatGPT. Para a análise das

produções, foram selecionados fragmentos das redações⁷, que serão demonstrados para indicar a presença da intertextualidade, a partir da discussão dos critérios A, B, C e D. Foram adotadas as siglas *RI*, *RII* e *RIII* para mencionar as redações analisadas, e *trecho 1*, *trecho 2*, e assim por diante, para identificar os fragmentos retirados delas como exemplo para analisar as características pontuadas.

Quadro 1: Produções dos participantes do Enem

Redação	Número de parágrafos	Características
<i>RI</i>	4	A, B, C
<i>RII</i>	4	A, B
<i>RIII</i>	4	A, B, D

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

Para a análise da intertextualidade na redação gerada pelo ChatGPT, verificaremos as possíveis marcas intertextuais, tais como: menções a entidades sociais e alusões a obras e autores; e o uso da modalização deôntica, especialmente (“é fundamental”, “é preciso”, “é necessário”, por exemplo) na argumentação. Por fim, será investigado o grau de originalidade e de reprodução de padrões discursivos, observando a adequação (ou não) do texto produzido pelo ChatGPT ao gênero redação do Enem, considerando possibilidades e limitações da máquina. Na conclusão, serão pontuadas as semelhanças e diferenças entre as produções textuais humanas e as elaboradas pela IAG no tocante à intertextualidade, observando as possíveis razões para a existência dos fatores observados.

Nos trechos utilizados para análise, utilizou-se a formatação em **negrito** para destacar mais precisamente passagens que ilustram a presença da intertextualidade tanto nas redações dos participantes do Enem quanto na redação do ChatGPT.

6. Análise da intertextualidade nas produções textuais

6.1 Investigando marcas intertextuais nas redações do Enem

⁷ As redações dos participantes estão disponibilizadas, na íntegra, por meio do QR Code: [Redações dos participantes](#)

Ao considerarmos tomarmos a noção, com base na discussão teórica apresentada nos levantamentos teóricos apresentados, de que todo discurso remete a enunciados anteriores, carregando marcas do que já foi enunciado, assumimos a presença da intertextualidade em quaisquer textos (escritos) que produzimos. Na construção argumentativa das redações do Enem, ao apresentar suas ideias, os candidatos não escapam a esta propriedade do texto, por isso suas produções, ainda que eles não se deem conta, se conectam com textos anteriores ou com o que já foi enunciado em contexto anterior. Nas redações observadas, a intertextualidade se manifesta de diferentes formas, seja por meio da citação direta de obras e autores, da apropriação, direta ou indireta, dos textos motivadores, seja mencionando o discurso que caracteriza ou atribuído a instâncias sociais na proposta de intervenção. Esses fatores contribuem tanto para embasar os a fundamentação dos argumentos na redação quanto para sua organização textual-discursiva.

A seguir, nas subseções 6.1.1 a 6.1.4 discutem-se, respectivamente, os quatro critérios que pautam a análise das redações neste trabalho: *A) recorrência a citações de obras e (ou) autores; B) menção a entidades sociais; C) uso dos textos motivadores e D) desvio pontual do tema.* Tais critérios revelam como a intertextualidade é mobilizada com finalidade argumentativa nas redações.

6.1.1 Citações de obras e(ou) autores

O uso da citação é bastante comum ao gênero redação do Enem, uma vez que para tornar a argumentação consistente é interessante que o autor indique figuras e obras respaldadas socialmente para legitimar e embasar seus argumentos. No processo de análise, verificou-se que essa característica esteve presente em todas as redações do Enem selecionadas. No entanto, apesar de poder contribuir para a nota, a Cartilha do Participante, não exige o uso de citações. A Competência 2, que busca avaliar como o aluno utiliza outras áreas do conhecimento para desenvolver o tema, apenas orienta que eles busquem selecionar informações e integrá-las ao texto, utilizando argumentos próprios que reforcem seu ponto de vista. Por outro lado, não é incomum, atualmente, que cursinhos pré-vestibulares, e até mesmo escolas, orientem os alunos a iniciarem a redação com citações de pensadores renomados e eventos históricos específicos. Essas recomendações, muitas vezes genéricas e aplicáveis a diversos temas, são apresentadas como fórmulas fixas, incentivando um modelo padronizado de texto, cujo foco principal

é apenas o aumento da nota, em vez de estimular uma reflexão autêntica e a capacidade crítica dos estudantes.

O excerto abaixo foi retirado do 3º parágrafo da *RI*, em que o candidato faz referência direta ao conceito de “Mortificação do Eu”, de Erving Goffman.

Exemplo (1): “Conforme o conceito de ‘Mortificação do Eu’, do sociólogo Erving Goffman, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado. Tal preceito afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva. Dentro do contexto da internet, o usuário, sem perceber, é induzido a entrar em determinados sites devido a um ‘bombardeio’ de propagandas que aparece em seu dispositivo conectado”.
(*RI - trecho 1*)

Segundo Marcuschi (2008, p.130), “pode-se dizer que a intertextualidade é uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros”. A “intertextualidade explícita” é caracterizada pela introdução direta de elementos discursivos previamente formulados, seja por meio de citação, menção ao autor ou referência a um conceito específico. No exemplo 1, a menção à Goffman e a explicação de sua teoria compõem uma relação intertextual, pois nota-se a conexão do argumento com a concepção de Goffman, ainda que em cenários distintos. O trecho demonstra como a citação, nesse caso, serve como força argumentativa do texto. Ao recorrer ao conceito da sociologia, o estudante dialoga com conhecimentos prévios e defende sua crítica sobre como a internet induz o comportamento dos indivíduos.

No trecho abaixo, retirado do parágrafo 3 da *RII*, a intertextualidade explícita se dá pela referência ao pensamento de John Locke, especialmente sua concepção do Estado como garantidor da liberdade dos indivíduos.

Exemplo (2): “[...] a formação de indivíduos vulneráveis possibilita a ação do mecanismo que pode transformar comportamentos, tornando-os passíveis de alienação. Essa conjuntura contraria o Estado proposto pelo filósofo John Locke - assegurador de liberdade -, gerando falsa sensação de autonomia e expondo internautas a um ambiente não transparente, em que decisões são previamente programadas por outrem”. (*RII - trecho 1*)

O estudante mobiliza esse conceito para contrastá-lo com a realidade da internet, onde os usuários, segundo o argumento apresentado, têm sua autonomia reduzida por sistemas que controlam suas decisões.

A citação, neste trecho, tal como na *RI*, exemplo 1, funciona como um argumento de autoridade, fato que expressa as ideias contidas na TAD, uma vez que ao argumentar, o autor está sempre em diálogo com outros discursos e ideias, modificando ou reforçando visões existentes. Nesta redação, a intertextualidade explícita, revelada pela citação do

pensador, serve para sustentar o argumento de que não existe a liberdade proposta por Locke no contexto da internet. O autor da redação busca, dessa forma, persuadir o leitor, na medida em que supõe a não aplicabilidade do conceito do filósofo no ambiente online.

Já no último parágrafo da *RII*, o estudante retoma a ideia do filósofo para justificar sua proposta de intervenção:

Exemplo (3): “[...], objetivando a qualificação dos usuários e a prevenção de casos de manipulação de atitudes. Dessa maneira, o Brasil poderá garantir a liberdade de seus cidadãos e o Estado lockeano poderá ser consolidado”. (*RII - trecho 2*)

O participante reflete que a liberdade, em uma perspectiva ideal, como Locke a entende, pode ser alcançada por meio da qualificação dos usuários e da prevenção de manipulação online. Aqui, a intertextualidade não está posta explicitamente, mas se faz presente ao passo que o escritor demonstra uma continuidade, através da retomada do pensamento do filósofo, utilizando do seu próprio argumento – apresentado previamente no desenvolvimento do texto – para dialogar com a solução proposta.

No fragmento a seguir, extraído do primeiro parágrafo da *RIII*, assim como os observados nas redações anteriores, há menção a um filósofo como instrumento de autoridade para validar a argumentação, expondo o mesmo traço intertextual.

Exemplo (4): “Segundo as ideias do sociólogo Habermas, os meios de comunicação são fundamentais para a razão comunicativa. Visto isso, é possível mencionar que a internet é essencial para o desenvolvimento da sociedade”. (*RIII - trecho 1*)

A citação à Habermas, bem como a dos outros filósofos nas outras redações funciona, portanto, como resultado de um conjunto de saberes prévios dos estudantes, o que dialoga com a concepção de que a argumentação é, de acordo com a TAD um diálogo contínuo entre diferentes discursos já proferidos. Em um outro trecho, o estudante faz o uso do recurso das aspas para indicar de forma direta a ideia exposta.

Exemplo (5): “No contexto relativo à manipulação do comportamento do usuário, pode-se citar que, no século XX, a Escola de Frankfurt já abordava sobre a “ilusão de liberdade do mundo contemporâneo”, afirmando que as pessoas eram controladas pela “indústria cultural”, disseminada pelos meios de comunicação de massa”. (*RIII - trecho 2*)

O uso das aspas evidencia a alusão a um discurso outro, destacando de forma direta as ideias abordadas – o que, mais uma vez, caracteriza a intertextualidade explícita. Além disso, a associação entre os conceitos da Escola de Frankfurt e o contexto contemporâneo da internet estabelece um diálogo entre diferentes períodos históricos, mostrando a força do argumento de que a realidade atual ilustra algo que já tinha sido discutido no século passado. No Enem, a Competência 3, que avalia a coerência e a organização dos argumentos, procura no aluno a capacidade de utilizar referências

externas para dar credibilidade ao seu ponto de vista. Da mesma forma, considerando a TAD, a interação entre discursos é essencial para abordar e refletir sobre questões sociais e culturais no texto argumentativo.

É importante frisar, sobretudo, que, nestas redações, cuja análise se concentra nas marcas intertextuais encontradas no processo de argumentação, os estudantes partem de um ponto de vista (PDV), conforme conceituado por Rabatel (2016). Esse fator é fundamental para compreender a estrutura argumentativa, seja ela direta ou indireta. Quando o locutor mobiliza diferentes pontos de vista, ele constrói a articulação necessária para produzir os sentidos pretendidos. O interlocutor, por sua vez, ao tentar compreender essas percepções, interage com o locutor, negociando significados e contribuindo para a coerência do discurso (Custódio Filho; Cavalcante, 2023). Contudo, embora existam estudos que se debruçam sobre a análise do ponto de vista na LT, esta pesquisa se restringe apenas à constatação da intertextualidade observada nos textos.

6.1.2 Menção a entidades sociais

No contexto do Enem, a menção às entidades sociais garante maior concretude e viabilidade à proposta de intervenção – um dos critérios de avaliação da Competência 5 –, uma vez que trazem maior clareza para a solução da problemática abordada no texto. Essas entidades – como órgãos governamentais e instituições educacionais, por exemplo, não apenas representam agentes sociais de ação prática, mas carregam valores, ideologias e perspectivas sobre a questão discutida. Assim, ao mencioná-las, o candidato mobiliza um repertório textual-discursivo que reflete determinadas visões de mundo, atreladas a narrativas e debates já disseminados socialmente. Os fragmentos selecionados a seguir foram retirados do parágrafo de conclusão das redações e comprovam a natureza intertextual implícita em defesa do ponto de vista.

Exemplo (6): “Com o intuito de amenizar essa problemática, o Congresso Nacional deve formular leis que limitem esse assédio comercial realizado por empresas privadas, por meio de direitos e punições aos que descumprirem, a fim de acabar com essa imposição midiática”. (RI - trecho 2)

Aqui, o participante argumenta atribuindo ao Congresso Nacional a responsabilidade de criar leis que regulamentem a atuação das empresas privadas no setor midiático. A intertextualidade encontra-se implícita na argumentação do participante, que articula o papel do poder legislativo, cuja função já é amplamente reconhecida na sociedade, como um meio legítimo para conter o “assédio comercial”, e se ancora em discursos pré-existentes que atribuem responsabilidades a essas instituições.

No trecho abaixo, novamente, o candidato não menciona um documento ou texto específico, mas insere sua argumentação em um discurso preexistente sobre o papel dos Ministérios na formulação de políticas educacionais.

Exemplo (7): “[...] faz-se imprescindível a tomada de medidas atenuantes ao entrave abordado. Posto isso, concerne ao Estado, mediante os Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia, a criação de um plano educacional [...] e a necessidade de adaptação aos novos instrumentos digitais [...]”. (RII - trecho 3)

Ele parte de uma premissa consensual (o papel do Estado na educação), apresenta um dado factual (os riscos da navegação na internet) e propõe uma solução alinhada ao funcionamento das instituições oficiais.

Exemplo (8): “[...] cabe aos Estados, **por meio de leis** e investimentos, com um planejamento adequado, estabelecer **políticas públicas** efetivas que auxiliem a população a “navegar”, de forma correta, na internet, [...]. Além disso, é de suma importância que as instituições educacionais promovam, por meio de **campanhas de conscientização**, para pais e alunos, discussões engajadas sobre a imprescindibilidade de saber usar, de maneira cautelosa, a internet [...]”. (RIII - trecho 2)

A proposta da RIII, no exemplo 8, articula diferentes agentes sociais, combinando também o papel dos Estados na formulação de políticas públicas e o das instituições educacionais na conscientização da população. Dessa forma, a argumentação se fortalece ao ancorar a proposta de intervenção em instâncias reconhecidas como legítimas para atuar sobre o problema. Ao sugerir medidas como a criação de leis, a implementação de campanhas educativas ou a realização de investimentos públicos, o candidato dialoga com discursos já emanados sobre a atuação do poder público na resolução de problemas coletivos, além de debates da sociedade civil sobre políticas públicas.

De modo geral, as citações fortalecem a legitimidade dos textos e o seu uso na redação do Enem é valorizado, pois permite que os candidatos demonstrem amplitude do seu repertório sociocultural, além da capacidade de análise crítica e do domínio da estrutura argumentativa. A presença das citações nas redações além de embasar argumentos, relacionam as ideias levantadas a outras produções e/ou textos preexistentes. Essa conexão configura a noção de intertextualidade, que, com base na TAD, aponta para a impossibilidade de um texto existir de maneira isolada, uma vez que os enunciados se constroem a partir de diálogos com outros textos. Este diálogo intertextual pode se dar de forma explícita, como no caso de citações diretas, ou implícita, por meio de alusões, que surgem dentro de um dado contexto social, cultural e histórico. Nas redações observadas, essa relação se estabelece principalmente com textos de filósofos, sociólogos e outros autores consagrados que circulam socialmente.

Assim, fica claro que os estudantes, nestes exemplos, dominam os aspectos requeridos pelo exame, trazendo ao texto sua visão de mundo, que, aliada aos conhecimentos do leitor, necessários para a compreensão, articulam-se para a construção do sentido, tal como nos ensina Marcuschi (2008). Essas características levaram as três redações a atingirem a nota máxima, com base nas competências de avaliação do Enem.

6.1.3 Uso dos textos motivadores

Os textos motivadores⁸ fornecidos na prova do Enem têm como intuito orientar o candidato, oferecendo dados, citações ou análises que possam servir como ponto de partida ou desenvolvimento da produção textual. No entanto, o uso desses textos não é obrigatório, quer dizer, não se vislumbra nas orientações e nos critérios de avaliação do Enem a indicação de que o candidato deve obrigatoriamente fazer referência a estes textos. Como consequência, a maneira como são utilizados (quando são) varia entre os participantes. No *corpus* analisado, apenas a *RI* fez uso de um desses textos. A página dos textos motivadores do Enem 2018, conta com 3 textos diferentes, e um deles é de caráter informativo com dados do IBGE quanto ao uso de internet. O dado fornecido originalmente era: “64,7% das pessoas de 10 anos ou mais de idade utilizaram a internet”. No fragmento abaixo, retirado do segundo parágrafo da redação, o participante utiliza da informação fornecida e parafraseia o dado:

Exemplo (9): “Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, [...], apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet. Isso acontece porque desde cedo a criança tem contato com aparelhos tecnológicos [...]” (*RI - trecho 3*)

No exemplo 9, a intertextualidade explícita é visualizada quando o participante reescreve a estatística do IBGE de forma diferente. Em vez de utilizar o dado original “64,7%”, ele enfatiza a porcentagem oposta: “35%”, arredondando e adaptando o dado para dar destaque ao percentual de indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que *não* utilizavam internet. Além disso, é interessante pontuar também que a ausência das informações disponibilizadas pelos textos motivadores nas redações *II* e *III* configura apenas uma escolha por parte do participante, que pode utilizá-los ou não, uma vez que não há obrigatoriedade do Exame neste aspecto. Isto é, os candidatos preferiram recorrer a outros repertórios ou simplesmente não identificaram os textos motivadores como ferramentas úteis para embasar sua argumentação. Por outro lado, é importante analisar o

⁸ Textos motivadores do Enem 2018 na íntegra: [Textos motivadores](#)

uso dos textos motivadores também para observar como a intertextualidade se apresenta na redação.

6.1.4 Desvio pontual do tema

Foi percebido o traço de tangenciamento da proposta do tema da redação no parágrafo 3 da *RIII*, onde o aluno busca relacionar uma citação para validar o seu ponto de vista. Apesar disto, o pensamento foi empregado de forma arbitrária no texto, e não conversa com o que está sendo argumentado antes no parágrafo.

Exemplo (10): “[...] é importante destacar que grande parte da população não tem consciência da importância da utilização de forma correta da internet, visto que as instituições formadoras de conceitos morais e éticos não têm preconizado, como deveriam, o ensino de uma “polarização digital”, como faz o projeto Digipo (“Digital Polarization Initiative”), o qual auxilia os indivíduos a acessarem páginas confiáveis e, assim, diminui o compartilhamento de notícias falsas, que, muitas vezes, são lançadas por moderadores virtuais. Nesse sentido, como disse o empresário Steve Jobs, “A tecnologia move o mundo”, ou seja, é preciso que medidas imediatas sejam tomadas para que a internet possa ser usada no desenvolvimento da sociedade, ajudando as pessoas a se comunicarem plenamente.” (*RIII - trecho 3*)

O trecho demonstra uma quebra na coerência textual, pois a citação não se articula de forma consistente com as ideias apresentadas anteriormente no texto, que discute a falta de conscientização sobre o uso adequado da internet e a necessidade de intervenção por parte das instituições responsáveis pela formação ética e moral. Ao invés de fortalecer essa reflexão, a frase “A tecnologia move o mundo” surge de maneira deslocada, sem estabelecer um vínculo direto com a problemática da regulação do ambiente digital e da disseminação de desinformação. Nesse caso, há intertextualidade na tentativa de vincular o pensamento de Jobs à necessidade de regulamentação do uso da internet, porém essa intertextualidade é expressada de maneira vaga e pouco articulada com as ideias desenvolvidas no texto, isto é, com sua argumentatividade.

Nesse sentido, cabe destacar que, no sistema de avaliação do Enem, dentro das cinco competências exigidas, a intertextualidade não é um critério de avaliação, mas um aspecto que contribui para a construção do argumento. Assim, embora a *RIII* tenha atendido a praticamente todos os critérios exigidos e alcançado nota 1000 no Exame, houve um desvio pontual no desenvolvimento argumentativo quanto ao tema proposto. A pontuação máxima se justifica pelo fato de que a redação, ainda que possua uma fuga pontual do tema, atende de forma geral aos demais critérios avaliativos. Assim, o desvio identificado não compromete a argumentação geral, pois a redação mantém a progressão

tópica e argumenta de forma consistente. Isso evidencia que os examinadores avaliam a qualidade do texto como um todo, e não necessariamente penalizam um deslize pontual.

Não obstante, tanto essa quanto as outras redações analisadas demonstraram propriedades argumentativas e riqueza de repertório sociocultural, fazendo menção a discursos de diferentes entidades sociais e comprovando que a intertextualidade está imbricada aos variados enunciados. Isso revela a habilidade dos participantes em relacionar suas ideias com outros textos, associando-os aos seus argumentos, ainda que, neste último caso, a conexão com a tese central não tenha sido plenamente eficaz.

6.2 Análise da redação do Chat GPT

No que se refere à produção textual do ChatGPT⁹, a estrutura atende às exigências do texto dissertativo-argumentativo, apresentando título e parágrafos de introdução, desenvolvimento e conclusão. Porém, não se adequa totalmente ao gênero redação do Enem, pois apresenta uma extensão de 56 linhas, maior que a quantidade máxima imposta pelo exame (30 linhas), além de possuir 7 parágrafos, número acima do que normalmente é observado nas redações dos estudantes que varia de 4 a 5 parágrafos.

6.2.1 Ausência da intertextualidade explícita e da menção a entidades sociais

Como se sabe o ChatGPT é um modelo de inteligência artificial baseado em aprendizado de máquina, treinado com grandes volumes de dados. Como consequência, ele gera respostas com base no *prompt* fornecido, o que significa que seu repertório textual não resulta de uma seleção criteriosa de fontes, mas reflete a recorrência de textos disponíveis no meio digital sobre um determinado tema. Conforme discutido na seção 2, referente aos aspectos composicionais da IA, o ChatGPT não possui capacidades cognitivas para relacionar de forma autônoma conceitos e teorias e incorporá-los ao texto (ao menos não quando não solicitado através do *prompt*). Como consequência, o modelo tende a reproduzir estruturas argumentativas genéricas e gerar uma resposta automatizada. Nos trechos analisados, essa característica se manifesta na ausência de referências concretas a legislações, eventos históricos ou menções a pensadores e figuras de autoridade reconhecidas socialmente – elementos que conferem credibilidade e dão consistência à argumentação no gênero em análise. Além disso, a(s) proposta(s) de intervenção é(são) vaga(s) e carecem de detalhamento, comprometendo sua

⁹ Redação disponibilizada em QR Code pelo link: [Redação Chat GPT](#)

aplicabilidade prática. Por conseguinte, a falta destes aspectos diminui (e mesmo dificulta) a percepção de marcas intertextuais.

Exemplo (11): “A internet, enquanto espaço de interação e desenvolvimento tecnológico, transformou-se em um meio de comunicação essencial para **milhões de pessoas ao redor do mundo**. Contudo, o uso indiscriminado de dados pessoais e a manipulação do comportamento dos usuários, por meio de algoritmos de coleta e processamento de informações, geram preocupações éticas, sociais e legais”.

Exemplo (12): “A partir dessa coleta, esses sistemas criam perfis detalhados de cada usuário, o que permite direcionar conteúdos, anúncios e sugestões de forma personalizada. Embora a personalização de conteúdo possa ser vista como uma vantagem, ela também pode ser utilizada para manipular escolhas”.

Exemplo (13): “As empresas de tecnologia **devem ser obrigadas** a informar de maneira clara e acessível como os dados dos usuários estão sendo coletados, processados e utilizados, e os indivíduos **devem ter** o direito de revogar o consentimento a qualquer momento, sem prejuízo de seus direitos”.

Os fragmentos observados nos exemplos 11 e 12 descrevem o fenômeno da internet e pontuam fatos amplamente conhecidos, mas não citam nem mencionam pensadores, autores, regulamentações ou entidades sociais específicas que garantam legitimidade às afirmações. No exemplo 11, há uma contextualização geral sobre a internet como espaço de interação e sobre os desafios éticos decorrentes da coleta de dados, mas o texto não menciona dados ou informações de especialistas que sustentem a afirmação destacada de que a internet é essencial para “milhões de pessoas ao redor do mundo”. O trecho se mantém no nível da exposição de um fenômeno amplamente conhecido, sem ancoragem em fontes que ampliem a credibilidade do discurso. O exemplo 12 segue a mesma linha, ao descrever o funcionamento da personalização de conteúdos e sugerir que esse mecanismo pode ser utilizado para manipular escolhas. Apesar de apresentar um argumento válido, a passagem não estabelece conexões com teorias, dados ou pesquisas que demonstrem a influência desses sistemas no comportamento do usuário.

As passagens que indicam a proposta de intervenção apresentam um tom prescritivo, que se observa através da modalidade deôntica, mas sem detalhamento suficiente. No exemplo 13, a afirmação: “Os indivíduos *devem ter* o direito de revogar o consentimento a qualquer momento, sem prejuízo de seus direitos” (grifo para fins de exemplificação), embora esteja alinhada com princípios de proteção de dados, não há explicação sobre como essa revogação poderia ser implementada, quais mecanismos jurídicos garantiriam esse direito ou quais as etapas para a aplicação dessa medida. A solução se baseia em um discurso de dever-ser (“as empresas devem ser obrigadas”), mas

não se especifica quem garantiria essa regulamentação, quais sanções seriam aplicadas ou quais mecanismos poderiam ser criados para assegurar a transparência na coleta de dados. Falta um direcionamento contextualizado ou ancorado em determinada realidade ou situação, como exemplos de políticas públicas e ações governamentais situadas em uma conjuntura social, cultural e política.

Observa-se, portanto, que a argumentação dos textos gerados pelo ChatGPT, embora coerente, carece de associações com outros textos que poderiam adicionar mais profundidade aos argumentos, o que compromete a solidez das afirmações e da proposta de intervenção. Essa característica ressoa no seu modo de argumentar que se apoia no uso recorrente de modalizadores, resultando em um tom prescritivo ao texto. Essa particularidade é produto da sua limitação enquanto máquina, baseada em padrões e códigos matemáticos, com poucas chances de observar um embasamento intertextual consistente.

6.2.2 Uso recorrente da modalização deôntica na argumentação

A modalização deôntica, conforme a Gramática dos Usos do Português (2011), refere-se ao uso de marcadores linguísticos que expressam obrigação, necessidade ou dever, ou seja, indicam o que é desejável, obrigatório ou recomendável dentro de um dado contexto discursivo. No caso da redação do Chat GPT, a modalização deôntica está presente em diversos trechos, que, no contexto desta produção, sugerem soluções para a manipulação de dados na internet.

Exemplo (14): “[...] **é fundamental adotar** propostas de intervenção que garantam a proteção dos direitos humanos, especialmente o direito à privacidade e à liberdade de escolha. Uma das medidas mais eficazes seria a implementação de leis e regulamentações que exijam transparência no uso dos dados pessoais”

Exemplo (15): “[...] **é fundamental** a promoção da educação digital, com o objetivo de tornar os usuários mais conscientes sobre como seus dados são utilizado”

Exemplo (16): “**é essencial que** os governos adotem políticas públicas que incentivem a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a proteção de dados e para a promoção da privacidade”

Exemplo (17): “As campanhas educativas **devem ser dirigidas** não apenas para o uso responsável da internet, mas também para a criação de uma cultura de respeito à privacidade e à autonomia do usuário.”

Observam-se, nos fragmentos destacados em negrito: “é fundamental”, “é essencial” e “devem”, atribuem um caráter de necessidade absoluta, indicando que as ações mencionadas são imprescindíveis. No entanto, essa imposição categórica pode

gerar lacunas argumentativas. Essa estratégia, embora contribua para a construção de um texto coeso, pode restringir a presença da intertextualidade. Quando o texto afirma que algo ‘é fundamental’, pressupõe-se que há um consenso sobre essa necessidade, mas a argumentação não necessariamente justifica esse ponto de vista com exemplos concretos, dados ou contrapontos. No exemplo 7, o verbo *dever* na locução “devem ser dirigidas” sugere um direcionamento de obrigatoriedade, mas o texto não interage com outros discursos e textos que poderiam oferecer visões complementares, que dariam mais consistência à argumentatividade do texto. O efeito dessa escolha linguística é uma argumentação que soa enfática, mas genérica e com pouca consistência do ponto de vista da argumentatividade.

6.3 Aspectos que aproximam e divergem ambas as produções (artificial e humanas) no que tange à intertextualidade

Ao comparar a redação produzida pelo ChatGPT com as redações humanas, percebeu-se que ambas as redações demonstram um certo nível de intertextualidade, embora a presença da intertextualidade explícita seja mais forte nas redações humanas e quase imperceptível nas redações da IAG. Apesar disso, um fator em comum aos dois tipos de redação foi a intertextualidade em relação à proposta do tema da redação do Enem: “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”. O uso de termos e expressões, que fazem menção, direta ou indiretamente ao tema da redação encontram-se nos dois modos de produção textual. Os excertos nos quadros abaixo, em itálico, permitem observar esta aproximação.

Quadro 2 - Aproximação entre as produções analisadas

Trechos da redação do Chat GPT
<p>“<i>O controle de dados na internet</i>, com o intuito de <i>influenciar as escolhas e ações dos indivíduos</i>, se configura como uma forma de <i>manipulação</i>, que pode afetar a liberdade e a privacidade dos usuários.”</p>
<p>“<i>A manipulação do comportamento do usuário por meio do controle de dados</i> pode comprometer a liberdade individual e a privacidade.”</p>
Trechos das Redações do Enem

RI	“Torna-se necessário o debate acerca da <i>manipulação comportamental do usuário pelo controle de dados na internet.</i> ”
RII	“A obra musical "Admirável Chip Novo", da cantora Pitty, retrata a <i>manipulação das ações humanas em razão do uso das tecnologias</i> , que fñdam por <i>influenciar o comportamento dos indivíduos</i> ”
RII	“O <i>meio virtual</i> tem sido utilizado, muitas vezes, para a <i>manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados</i> , podendo induzir o indivíduo a compartilhar determinados assuntos.”

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

Tanto o ChatGPT quanto os autores humanos reconstroem a proposta do tema por meio de paráfrases que mantêm a ideia central, com algumas variações lexicais e sintáticas. Os trechos convergem na menção à proposta com termos como: “manipulação comportamental”, “controle de dados” e “impactos sobre a liberdade e privacidade”. Em ambos os modos de produção textual, a intertextualidade explícita com a proposta postulada pelo Enem 2018 ocorre tanto no início do texto – servindo como um ponto de partida para o desenvolvimento argumentativo – como ao final, apontado como a problemática que deve ser solucionada. Esse uso, característico das redações, revela a compreensão da temática abordada como problematização, dialogando com as informações e/ou argumentos que se apresentam nos textos.

Apesar da semelhança formal, a principal diferença entre as produções reside na maneira como a argumentatividade é construída. As redações humanas tendem a explorar o tema com exemplos concretos, citações e referências musicais, enquanto a IAG se mantém em um nível superficial, não incluindo referências que poderiam enriquecer o texto quanto a sua ancoragem sociocultural. A argumentação ocorre de forma mais abstrata e generalista, sem aprofundamento crítico ou evidências que sustentem de maneira sólida os pontos defendidos.

A análise dos exemplos demonstra que a intertextualidade é mais evidente nas redações humanas, pois nelas encontram-se: citações de obras e autores, menções a entidades sociais e o uso dos textos motivadores - fatores que convergem com outros textos e que, somados à argumentação dos participantes, revelam a presença da intertextualidade. Nesse sentido, o uso da citação da música “Admirável Chip Novo” na *RII*, por exemplo, evidencia a rede referencial do texto, conectando o tema da manipulação de dados a uma obra da cultura popular que trata da alienação causada pela tecnologia. Essas citações fortalecem a argumentação, adicionando repertórios

socioculturais variados, algo que a produção artificial não realiza com a mesma eficácia e consistência.

Outro ponto, que diferencia as redações analisadas é que, enquanto os humanos podem interpretar o tema de formas variadas e até desviar-se dele em alguns casos, a IA segue rigidamente a proposta, sem extrapolar sua estrutura ou incorporar referências externas. Isso ocorre devido à sua aprendizagem supervisionada, que a orienta a seguir um modelo padronizado de resposta baseado nos dados previamente processados. Embora isso garanta coerência e aderência ao tema, também limita a originalidade e a profundidade argumentativa. O texto do ChatGPT não apresenta nuances intersubjetivas, nem explora perspectivas críticas diversificadas.

7. Considerações finais

A partir das reflexões abordadas ao longo deste trabalho, buscou-se perceber as particularidades das distintas produções textuais dentro do tipo de texto dissertativo-argumentativo. Sob a perspectiva da concepção sociocognitiva de língua, compreende-se que as práticas discursivas e textuais articulam diferentes vozes e referenciais textuais na construção do sentido. Esse processo evidencia que o ato de argumentar por meio de textos envolve não apenas a recuperação de textos anteriores, mas a sua ressignificação dentro do contexto comunicativo considerando a intenção do sujeito imbuído de um “projeto de dizer” (Koch, 2014).

No caso das redações analisadas, percebe-se que os candidatos recorrem a referências institucionais, científicas e do campo da filosofia e sociologia, para justificar seus pontos de vista, mobilizando suas memórias para compor estratégias de persuasão. A intertextualidade, nesse sentido, apresenta-se de forma tanto explícita como implícita. Portanto, ao analisar a intertextualidade nas redações, nota-se que a produção textual dissertativo-argumentativa se constrói na interface entre a cognição, o social e o histórico, o que evidencia aspectos do próprio funcionamento da língua, tal como defende Marcuschi (2008), reafirmando a dinamicidade da interação e da construção de sentidos. Esse entendimento possibilita uma reflexão mais aprofundada sobre as práticas de escrita e os modos como os sujeitos recorrem a diferentes textos para elaborar argumentos que sejam coerentes e persuasivos, dada a especificidade do gênero redação do Enem.

A escrita dos autores frente ao tema estipulado pelo exame parte de uma visão carregada de autenticidade, conhecimentos e experiências adquiridos a partir das vivências dos estudantes – capacidade esta que a IAG (ainda) não consegue alcançar.

Sendo assim, as produções humanas demonstram alto grau de subjetividade, onde os participantes adicionam aos textos noções e concepções que só foram passíveis de serem associadas e incorporadas dentro de um contexto social, histórico, cultural específicos. Nesse sentido, os resultados obtidos reforçam que o texto é uma manifestação desses fatores e que, apesar de a inteligência artificial replicar com eficácia aspectos estruturais do texto dissertativo-argumentativo, a sua capacidade de associar outros textos e de argumentar perante uma visão particular são muito superficiais e limitadas.

Dessa forma, compreende-se que a produção textual não se reduz à aplicação de fórmulas ou à combinação de fragmentos intertextuais, mas se estabelece como um espaço de negociação de sentidos, no qual a subjetividade do autor se manifesta em suas escolhas intertextuais, referenciais e argumentativas. Diante disso, os achados desta pesquisa contribuem para a compreensão de que a escrita dissertativo-argumentativa não é um processo mecânico ou meramente técnico, mas um ato textual-discursivo profundamente enraizado ao contexto sociocultural do enunciador. Por outro lado, mesmo com os avanços tecnológicos, a produção textual mediada por inteligências artificiais ainda carece dessa dimensão (inter)subjetiva e experiencial que caracteriza a escrita humana.

Referências

- ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino*. São Paulo: Parábola, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *A Redação do Enem 2023: cartilha do participante*. Brasília: INEP, 2023.
- CAVALCANTE, M. *et alii. Linguística textual e argumentação*. 1. ed. São Paulo: Pontes, 2020.
- CAVALCANTE, M. Abordagens da argumentação nos estudos de linguística textual. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Disponível em: <https://www.revel.inf.br/files/ea45a0fb01f8dde37a9435628505a55d.pdf>. Acesso em: 23 set 2024.
- CUPANI, A. *Filosofia da tecnologia : um convite* 3. ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187613/Filosofia%20da%20Tec>

[nologia%20um%20convite%20e-book.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#). Acesso em: 20 set 2024.

CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referência*. 2011. 330f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, V.; CAVALCANTE, M. M. Ponto de Vista em Linguística Textual: Efeitos Argumentativos e Aplicações no Ensino de Língua Portuguesa. *Revista Ensin@ UFMS*, v. 4, n. 8, p. 379-403, 31 dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/revens.v4i8.19104>. Acesso em 17 mar 2025.

DIONISIO, A. P. (org.). *Multimodalidades e leitura*. Recife: Pipa Comunicação, 2014.

KOCH, I. V. *As tramas do texto*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I. V.; CUNHA-LIMA, M.L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

RUSSELL, S. J.; NORVIG, P., *Artificial Intelligence: A Modern Approach*, New Jersey, USA: Prentice-Hall, Inc, 1995.